

TEORIA E PRÁXIS: PENSANDO A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO A PARTIR DE CAIO PRADO JR.

Alexandre Loreto de Melloⁱ

Resumo

Em A revolução brasileira, Caio Prado Jr. critica a análise do Brasil feita pelos teóricos marxistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O autor aponta para o problema de se fazer uma análise com conceitos produzidos nos centros hegemônicos, pois, por serem inspirados em outros contextos sócio-históricos, implicam interpretações errôneas das condições socioeconômicas do país. Importado, o arcabouço teórico-conceitual adotado se mostrou inadequado à economia e à história brasileiras ao não articular teoria e práxis. Procura-se, então, discutir brevemente a crítica da utilização pela “periferia” do pensamento produzido nos “centros” a partir da obra de Caio Prado, mostrando como esta evidencia os limites epistemológicos da teoria sociológica clássica (no caso, a sociologia marxista utilizada pela agenda política dos membros do PCB).

Palavras-chave: Geopolítica do conhecimento; Caio Prado Jr.; teoria e práxis; PCB; sociologia marxista

THEORY AND PRAXIS: CONSIDERING THE GEOPOLITICS OF KNOWLEDGE BASED ON CAIO PRADO JR.

Abstract

Caio Prado Jr., in A revolução brasileira, criticizes the analysis made of Brazil by Marxist theorists in the Brazilian Communist Party (PCB). The author points out the problem that drawing an analysis based on concepts produced in hegemonic centers may result in erroneous interpretations of the socio-economic conditions of Brazil, due to their being inspired by different socio-historical contexts. The imported theoretical and conceptual framework which has been adopted has proved to be inappropriate to the Brazilian economy and history, with an absence of any connection between theory and praxis. This paper seeks to briefly review the use by the “outskirts” of the theory produced in the “centers” based on the work of Caio Prado to show how this highlights the epistemological limits of the classical sociological theory (in this case Marxist sociology used by the political agenda of PCB members).

Keywords

Geopolitics of knowledge; Caio Prado Jr.; theory and praxis; Brazilian Communist Party; Marxist sociology

ⁱ Alexandre Loreto de Mello é mestrando em Sociologia e Antropologia - PPGSA/UFRJ. Email: almello@hotmail.com

Introdução

O presente artigo visa analisar brevemente, à luz da geopolítica do conhecimento, a crítica feita por Caio Prado Jr., em *A revolução brasileira* (1966), aos teóricos marxistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹. Em outros termos, busca-se pensar a institucionalização das ciências sociais no Brasil, marcada pelos paradigmas centrais da Europa, como consequência de uma subjugação bélico-intelectual, de um *imperialismo acadêmico* (Alatas, 2003: 606). Procura-se, assim, analisar os limites da imaginação sociológica europeia, uma vez que as teorias cristalizadas como cânones – os *clássicos* (Alexander, 1999: 24) – não se mostram adequadas e eficazes para dar conta de outros panoramas sócio-históricos. Segundo Connel, a elaboração de conceitos é uma *reificação da experiência social* (2012: 10), evidenciando que há limites para sua transnacionalização.

A institucionalização das ciências sociais como disciplinas universitárias, no Brasil, só se deu a partir de 1930,² em virtude de esforços individuais de alguns estudiosos autodidatas da elite brasileira (Costa Pinto, 1949: 279). Costa Pinto (1949) aponta que as mudanças estruturais pelas quais passava o país, em decorrência da Revolução de 1930, propiciaram o panorama para que ocorresse tal processo. A elite do Brasil buscava a habilitação de pessoas para pensar a sociedade de forma científica, e não apenas juridicamente. Como relata o autor, esse processo deve ser também objeto de análise sociológica, visto que também é um produto da vida

social.

Marcada pela importação de teorias dos *países centrais* (Comissão Gulbenkian, 1996: 29), a análise da institucionalização das ciências sociais no país revela-se fecunda por meio da obra de Caio Prado Jr. Os primeiros impulsos, como a tradução de obras europeias e a elaboração de compêndios por parte de uma pequena elite intelectual brasileira (Meucci, 2007), aliados a questões sociopolíticas (Costa Pinto, 1949), expõem seu caráter eurocêntrico. Nesse cenário, há ainda os intelectuais do PCB que, segundo Prado Jr. (1966), aplicaram a teoria marxista à realidade brasileira sem quaisquer adaptações, o que implicou interpretações errôneas da realidade socioeconômica do país. Embora essa produção teórica fosse pautada por fins de prática política, as análises elaboradas pelos teóricos do PCB estavam marcadas por um eurocentrismo epistemológico, uma vez que se baseavam em conceitos elaborados em outra conjuntura sócio-histórica, evidenciando um caráter de *dependência acadêmica* (Alatas, 2003: 600).

A crítica de Prado Jr. evidencia que não houve articulação necessária entre teoria e práxis para uma análise cientificamente adequada da sociedade. Pretende-se, assim, elaborar aqui uma discussão bibliográfica relacionando sua crítica à adoção ortodoxa da sociologia marxista pelos teóricos do PCB com a relação acadêmica entre *centro e periferia* como consequências da *divisão social do trabalho* nas ciências sociais (Keim, 2008: 30). Será feita uma análise considerando a ótica da *dependência*

¹ Ressalta-se que, até 1960, o nome dessa organização política era Partido Comunista do Brasil.

² Toma-se esse ano como marco analítico. Para mais informações, ver Costa Pinto (1949) e Meucci (2007).

acadêmica proposta por Alatas (2003) para refletir sobre as contingências sociais e extraintelectuais da sociologia (Maia, 2012: 267).

A institucionalização das ciências sociais no Brasil e seu caráter eurocêntrico

Como consequência da Revolução de 1930, o âmbito socioeconômico se diversificou, apresentando novos problemas, como urbanização, crescimento do mercado interno, industrialização, expansão do proletariado, entre outros. Com isso, a elite intelectual brasileira buscou novas formas de se pensar a sociedade. Foram importados conceitos e teorias visando renunciar ao *bacharelismo* (Costa Pinto, 1949: 280) – isto é, a formação autodidata em sociologia ou antropologia de bacharéis de outras áreas.

Conforme aponta Meucci, os primeiros livros de sociologia surgiram no Brasil em virtude da institucionalização da sociologia como disciplina no ensino regular e da emergência de um mercado editorial com investimentos na área pedagógica. Dessa forma, constituiu-se um material didático de *manuais de sociologia*, os primeiros contatos em língua portuguesa com os conhecimentos sociológicos, antes limitados àqueles que dominavam as línguas estrangeiras (Meucci, 2007). A autora ressalta o caráter elitista desse processo apontando para o fato de a perspectiva teórica marxista não estar presente. Ela nota que, pela situação repressiva da época, a maioria dos autores tinha preocupações por serem oriundos de famílias ligadas à política (Meucci, 2007: 12).

O *boom* editorial que acompanhou e possibilitou a institucionalização das ciências sociais conduziu à desvalorização da prática jurídica e à convocação de

uma apreensão sociológica da realidade brasileira, que, desde a década de 1930, passava por mudanças estruturais significativas. Visava-se, portanto, a uma melhor compreensão da realidade social em prol do progresso do país. O debate se dava com os bacharéis em direito, os autodidatas, uma vez que suas análises se limitavam a um aspecto abstrato-teórico que desarticulava teoria e realidade. A sociologia surge, assim, como um novo caminho para analisar e compreender a realidade social por meio da observação aliada ao conhecimento teórico, possibilitando mediações entre teoria e práxis.

Meucci ressalta também que os autores brasileiros se encontravam limitados às escolas sociológicas estrangeiras. Mais especificamente, viam-se dependentes de uma epistemologia eurocêntrica das ciências sociais, uma vez que eram intelectuais da elite engajados na causa sociológica. Com a publicação de livros, manuais e compêndios sociológicos, buscava-se formar uma geração de intelectuais capaz de compreender melhor a sociedade. Um detalhe importante é que não somente os conceitos e teorias eram importados mas também os dados de pesquisa, pois não haviam sido feitas, ainda, pesquisas em território nacional que permitissem a acumulação de dados. Com isso, há um incentivo à libertação do aluno da *tiranía do compêndio* (Meucci, 2007: 52). Em outros termos, alguns autores propunham que os leitores se organizassem em grupos para realizar pesquisas de campo e acumular dados referentes à realidade brasileira.

O Partido Comunista Brasileiro e a entrada da literatura marxista no Brasil

Em meio às mudanças estruturais, destaca-se a modernização consequente da Revolução de 1930, que engendrou

grande êxodo rural em busca de emprego nos centros urbanos. Foi nesse contexto, aliado à expansão da consciência sociológica, que as obras de Karl Marx e de Friedrich Engels foram traduzidas. No entanto, a trajetória da publicação de suas obras, entre 1930 e 1964, foi muito conturbada em decorrência de elementos como a Segunda Guerra Mundial e a conjuntura política do Brasil, que envolvia a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – principal difusor das teorias de Marx e Engels. Houve ainda grande limitação de publicações, tanto em termos de quantidade quanto de títulos. Procurava-se, em primeira instância, traduzir e publicar obras que divulgassem o marxismo, visando a uma propagação mais imediata de seus ideais.

De acordo com Novais Azevedo (2010: 120), essa pressa e esses obstáculos influenciaram negativamente a interpretação das nuances da realidade brasileira pelos membros do PCB. Até os anos 1960, segundo Costa (2011), a difusão da literatura de Marx no Brasil teve como maior colaborador o PCB, por meio de seus aparatos político-culturais como editoras, jornais e revistas. Em sua maioria, as publicações eram de cunho simplificador, caracterizando-se por resumos cujo foco era a divulgação das obras. Cabe ressaltar que, em geral, todas as traduções eram feitas da língua francesa ou espanhola, ou seja, eram traduções de traduções.

Mesmo com a repressão decorrente da Revolução de 1930, o PCB conseguiu manter alguns de seus aparatos político-culturais, como a revista *Espírito Novo*, que contou com a participação de diversos intelectuais, entre os quais Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Caio Prado Jr. No entanto, com o governo Dutra, em 1947, acirrou-se a repressão ao comunismo, censurando

suas publicações. Alguns anos depois, surgiu a revista *Brasiliense*, que, com inspiração marxista e nacionalista, tratou-se de uma publicação político-cultural independente e crítica em relação às teses do PCB. Foi veiculada pela editora Brasiliense, fundada por Prado Jr. em 1943. Embora a revista tenha parado de circular com a implementação da ditadura militar em 1964, a editora continuou publicando livros e difundindo o marxismo.

Caio Prado Jr. e o Partido Comunista Brasileiro

Nascido em 1907, de origem aristocrática, formado em direito e em geografia, Caio Prado Jr. integra o quadro dos intelectuais que fizeram parte da institucionalização das ciências sociais no Brasil (Reis, 1999: 1). Estudioso das teorias marxistas, escreveu na revista *Brasiliense*, ao longo dos anos 1950, diversos artigos nos quais analisava a estrutura político-econômica do Brasil. Nessa época, os estudos sobre a realidade brasileira se pautavam no desenvolvimento econômico e na possibilidade de reforma nas instituições políticas. Questionamentos sobre a estrutura econômica e o passado nacional permeavam as interpretações das questões agrárias do país, destacando-se o debate sobre qual teria sido o sistema herdado do colonialismo (feudalismo ou capitalismo).

Considerado uma condição intrínseca à elaboração de políticas de transformação social, esse debate ocorreu em um momento complicado para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois havia um conflito interno em decorrência da submissão do partido ao pensamento marxista-leninista inspirado pela União Soviética. Alegando que essa submissão o afastava da realidade do país, aqueles que criticavam as

interpretações “dogmáticas” do passado buscaram dialogar com intelectuais progressistas da época (Silva, 2008: 52-53). Em meio a esse debate, as diretrizes do PCB foram definidas: aproximar-se mais da sociedade brasileira, conhecê-la melhor e a definição do projeto democrático-burguês – que era antifeudal e anti-imperialista. A revista *Estudos Sociais*, criada em 1958, foi um dos veículos de manifestação do ideário pecebista na cena intelectual nacional (Silva, 2008: 53).

Com o golpe militar, fecharam a revista *Brasiliense*, fundada por Prado Jr., e, em 1966, o autor publicou o livro *A revolução brasileira*, que, segundo Reis (1999: 2), representa uma espécie de síntese da análise de Prado Jr. da sociedade brasileira. Nessa obra, critica a conduta dos teóricos marxistas do PCB, assinalando que estes interpretavam de forma dogmática os preceitos de Marx. Baseavam-se, desse modo, em formulações *a priori* que não atentavam para a conjuntura socioeconômica brasileira. Em outras palavras, tentavam adaptar teorias importadas, oriundas de condições distintas da realidade do país, ignorando-se os fatos presentes (Prado Jr., 1966: 33). Decorreu-se dessa atitude uma desarticulação entre teoria e práxis.

Buscando a rearticulação entre abstrações teóricas e realidade social, a interpretação de Caio Prado rejeitou a orientação do PCB por não compactuar com o modelo interpretativo e político democrático-burguês. Esse modelo, para ele, carecia de revisão crítica dos preceitos marxistas importados e, com isso, estes tornaram-se dogmas que enviesavam o olhar dos teóricos do PCB (Prado Jr., 1966: 35). Não se trata, portanto, de analisar a sociedade com base em conceitos dados de forma apriorística, uma vez que tal atitude

implicou uma interpretação errônea do panorama socioeconômico do país. Por mais que possa haver similaridades em alguns detalhes, cada conjuntura sócio-histórica demanda sua própria leitura, cada práxis pede uma teoria específica, e não um esquema teórico único.

Essa importação e adaptação forçada de conceitos à realidade compreendia um esquema de etapas sucessivas para a chegada ao socialismo. Mais especificamente, baseado nas teorias de Marx e Lenin sobre a Rússia, as sociedades deveriam passar por três estágios: feudalismo, capitalismo e, por fim, socialismo (Prado Jr., 1966: 38-39). Ao aplicarem dogmaticamente essa teoria à realidade brasileira, interpretaram as oligarquias latifundiárias e os camponeses como resquícios de um regime feudalista a serem superados (Prado Jr., 1966: 46). Com esses resquícios, julgavam necessário implementar uma revolução democrático-burguesa plena, uma vez que já havia centros urbanos desenvolvidos abrindo caminho para a etapa sucedente, o socialismo.

Embora a crítica de Caio Prado tenha sido formulada de forma genérica e sem citar nomes, entre os intelectuais criticados pelo autor estava Nelson Werneck Sodré. A obra de Sodré representava as diretrizes interpretativas do PCB, visto que era tido como o maior expoente intelectual do partido. Apesar da aplicação do método marxista ao panorama brasileiro, sua análise é consequência de um engajamento político, de uma “posição política” (Sodré, 1990: IX). Para o autor, ainda que diferente do modelo europeu, o Brasil tinha traços feudais que necessitavam ser superados pelo desenvolvimento da indústria do país que levaria à consolidação da “burguesia nacional”.

Outro intelectual que se destacou

entre os teóricos do PCB e pode ser mencionado é Alberto Passos Guimarães. Sua perspectiva pode ser vista como inserida no debate que se desdobrava nas revistas *Brasiliense* e *Estudos Sociais* (Santos, 1994: 54). Assim como Sodré, Guimarães ressalta o caráter político de seu estudo, evidenciando que sua análise da realidade se imiscui em uma leitura política (Santos, 1994: 55). Alinhando-se à perspectiva de Sodré e às diretivas pecebistas, Guimarães reafirmou a tese da feudalidade em sua interpretação da questão agrária brasileira.

Para Prado Jr., nunca houve feudalismo no Brasil, mas sim relações de trabalho reconhecidas pelo autor como *sistema de parceria, barracão e cambão*. Vistas como resquícios do escravismo, trata-se de relações de emprego, porém com uma remuneração *in natura* do trabalho. A primeira caracteriza-se pelo arrendamento de terra que é pago com parte da produção (Prado Jr., 1966: 52-53); a segunda é uma espécie de fornecimento do que se produz a preços extorsivos; e a terceira é a prestação de serviços gratuitos em troca do direito de utilização e de ocupação de um pedaço de terra (Prado Jr., 1966,: 56).

O autor aponta, assim, para a diferença entre escravismo e feudalismo: neste, a exploração da força de trabalho é legitimada por privilégios da aristocracia. No caso brasileiro, a natureza das relações de trabalho era, de certo modo, assalariada, constituindo, portanto, forma de trabalho capitalista (Prado Jr., 1966: 52-53). Caio Prado explicita, com isso, que o Brasil foi fundado em um contexto semicapitalista, pois foi consequência da expansão internacional do mercantilismo – o colonialismo. Composta de comerciantes portugueses integrados à população depois da abertura dos portos, a burguesia era essencialmente escravista e baseada em

latifúndios com o sistema de *plantation* (monocultura para exportação).

Com um marxismo heterodoxo, em oposição à ortodoxia dos teóricos do PCB, Prado Jr. buscou compreender o Brasil em seu sentido estrutural, analisando as relações de trabalho e de produção capitalista para além da teoria importada. Foi situado, por isso, em “uma segunda fase, posterior à primeira fase da ‘recepção dogmática’, que vai de 1922 a 1940, [...] [a] ‘etapa da autonomização teórica (1940-1960)’” (Reis, 1999: 6). *A revolução brasileira*, para João Alberto da Costa Pinto (2007), foi uma espécie de “acerto de contas” com a agenda teórica e política do PCB. Como sua proposta não envolvia práticas revolucionárias soviéticas, mas sim melhorias trabalhistas, agravou-se o debate que travava com o partido desde a época das revistas *Brasiliense* e *Estudos Sociais*. A posição teórica de Prado Jr. rendeu árduas críticas à sua obra, como a feita por Assis Tavares (pseudônimo de Marco Antônio Tavares Coelho, dirigente do PCB), que afirmou que o programa “defendido pelo historiador era vago e estava aquém do programa do PCB” por ter feito uma análise que desvinculou a economia da política (Kaysel, 2012: 57). Dito de outra forma, essas críticas evidenciam o estatuto teórico distinto entre a sociologia acadêmica a que se propunha Caio Prado e o marxismo do PCB, vinculado à prática política.

Segundo Reis, *A revolução brasileira* foi escrita em um período conturbado para a democracia nacional, período em que se instaurou o golpe militar de 1964. Com isso, o Estado associou-se ao poder militar, e “o sonho de uma revolução ‘democrático-burguesa’ transformou-se em um pesadelo-realidade da revolução autoritário-burguesa” (Reis, 1999: 8). Era um momento importante para repensar

as interpretações e retomar discussões sobre a conjuntura político-econômica do Brasil. Caio Prado expõe então que os teóricos do PCB não souberam utilizar analiticamente a teoria marxista. Para ele, “a dialética é um método de interpretações das ações reais, e não um dogma que enquadre esquemas abstratos preestabelecidos” (Reis, 1999: 8).

Em suma, Prado Jr. critica a leitura, do ponto de vista teórico, da literatura marxista feita pelos teóricos do PCB, visto que, em sua concepção, compreenderam mal a dialética, adotando dogmaticamente os preceitos elaborados com base no contexto soviético. Há uma espécie de “erro histórico” (Reis, 1999: 10) pela leitura do passado brasileiro, influenciando a interpretação do presente e a previsão para o futuro. É preciso, portanto, partir do panorama social do Brasil para interpretá-lo. Prado Jr. mostrou-se, assim, um dos questionadores dos métodos de análise da realidade brasileira que estavam associados à prática política do PCB.

Teoria e práxis: a geopolítica do conhecimento e suas consequências analíticas

De acordo com Jeffrey Alexander, a teoria é uma abstração de dados particulares de determinado período histórico; são generalizações baseadas em casos concretos. Embora os dados sejam fundamentais, a teoria tem certa autonomia em relação à realidade concreta, pois depende da inserção no tempo e no espaço daqueles que as elaboram. As tradições nas quais estão inseridos seus criadores são mais importantes que suas observações. No caso das ciências sociais, o autor aponta para o fato de que elas produzem os dados e estruturam a

realidade, afirmando que os modelos estruturam o pensamento sociológico. Seu argumento é que os trabalhos empíricos são apriorísticos, pois cada tomada de posição tem implicações: se umas portas se abrem, outras se fecham. Para compreender as teorias, Alexander (1987) alega que se devem conhecer aqueles que as elaboraram e, sobretudo, como pensavam.

Em uma abordagem crítica das relações político-econômicas do colonialismo, Connell (2012) define teoria como a produção feita pelo *centro*, baseada em seus casos concretos. Essa situação, segundo a autora, é fruto da geopolítica do conhecimento e pode ser revertida. Para transpor a assimetria da produção de conhecimento, devem-se enfatizar as tradições locais, visando escapar do eurocentrismo por meio da incitação a um *pluralismo epistemológico* (Connell, 2012). O pensamento social consequente desse embate teórico-epistemológico foi denominado *southern theory* (Connell, 2012: 12), e sua intenção é questionar a epistemologia consolidada, uma vez que a colonialidade do poder cria diferentes condições para o entendimento social. Seu argumento se baseia na divisão social do trabalho, cujas implicações materiais são evidentes: os intelectuais da *periferia* buscam especializações nas *metrópoles* e publicações em seus periódicos acadêmicos.

Ressaltando-se o caráter *ontofornativo do encontro colonial*, realidades sociais foram criadas com a integração de economias locais ao capitalismo global. Em outros termos, surge o Estado colonial com o envio de missionários, economias de *plantation*, entre outros elementos (Connell, 2012: 12). Nesse contexto, conceitos elaborados pelo *Norte* mostram-se limitados para a compreensão desse

tipo de realidade social, uma vez que foram elaborados em outros panoramas sócio-históricos. Embora a reflexão sobre a realidade social se dê sob condições distintas, os intelectuais da periferia estão marcados pelo uso de elementos do pensamento das metrópoles (Connell, 2012:13) em virtude do caráter eurocêntrico da institucionalização das ciências sociais. Buscou-se, neste artigo, ilustrar essa questão por meio da análise da recepção e da apropriação ortodoxa da teoria marxista pelo PCB, criticada por Caio Prado Jr. por não possibilitar a articulação entre teoria e práxis. Esse autor elaborou então uma análise do cenário socioeconômico do Brasil partindo da realidade brasileira, evidenciando os limites de uma *dependência epistemológica*.

Segundo Alatas, podem-se chamar de *discurso alternativo* críticas ao *imperialismo acadêmico* (2010: 230). Esses discursos são produzidos em um contexto de *dependência acadêmica*, que, de acordo com o autor, é um contexto análogo à dominação econômica colonial. Tem-se em questão, no âmbito das ciências sociais, uma relação em que paradigmas de um lugar imperam sobre outros (Alatas, 2003: 601). Para compreender esse fenômeno, deve-se olhar para a história, para o período de colonização, no qual havia uma educação imposta às colônias, desde as missões civilizatórias. Se antes a dominação era bélico-econômica, atualmente se dá pela dependência acadêmica, evidenciando um *neocolonialismo* (Alatas, 2003: 602).

O autor supracitado estabelece alguns critérios para reconhecer os países que exercem a dominação acadêmica: produção de dados científicos em forma de publicações de livros, revistas e artigos; ter alcance mundial de suas produções; influenciar o pensamento de outros lugares por

meio de suas produções; e, por fim, possuir reconhecimento e prestígio por suas análises. Dentre esses, destacam-se aqui o consumo e o prestígio de suas pesquisas, ilustrados neste artigo pelo debate entre Prado Jr. e os teóricos do PCB. Para além da importação teórica, a institucionalização das ciências sociais no Brasil foi marcada pela dependência em relação a instituições e ideias que influenciaram as agendas de pesquisa. Influenciaram até os resultados – como bem aponta a crítica de Prado Jr.

Para definir os países intelectualmente dominantes, Alatas utiliza o termo *center* – um lugar que emana influência (Alatas, 2003: 603). Essa hegemonia intelectual é consequência de séculos de dominação político-econômica, implicando reverberações culturais em períodos recentes. Evidencia, portanto, uma relação desigual entre a produção científico-social dos países centrais em relação aos países do denominado Terceiro Mundo. O âmago dessa desigualdade se encontra na *divisão social do trabalho* das ciências sociais, que foi moldado a partir da dominação colonial (Alatas, 2003: 606). O fator mais ilustrativo dessa questão é a produção de teorias, feita somente nos *centers*, enquanto a *periferia* se limitou a fazer pesquisas empíricas. Isso, para o autor, é um entrave ao progresso científico, uma vez que limita as pesquisas a análises apriorísticas. Em outros termos, utilizam-se, em realidades distintas daquelas de suas origens, conceitos, teorias, modelos e métodos produzidos alhures.

O modelo *centro-periferia* é uma boa ferramenta analítica para compreender o processo de produção, difusão, recepção e comunicação das ciências sociais em nível global. Keim (2008: 23) relata que há uma diferença

entre a disciplina sociologia e o *social thinking* presente em diversos lugares, mas institucionalizado pelos europeus.³ Nesse contexto, a sociologia surgiu nos países periféricos com um caráter de subordinação, que ainda perdura na busca por especializações em instituições de ensino do centro. Em sua análise, fica evidente que o caráter de reconhecimento e de prestígio das teorias produzidas nos países centrais é uma consequência da dominação político-econômica ocorrida ao longo da história. Ou seja, é fruto de uma *geopolítica do conhecimento*.

De acordo com os critérios definidos pela autora, uma sociologia desenvolvida deve ser um sistema autônomo de produção, difusão e acumulação de conhecimento. Para tal, é necessário que haja centros especializados para pesquisa e ensino, com publicação em periódicos acadêmicos, financiamentos e mercado de trabalho. O desenvolvimento institucional é definido com presença de mercado editorial, tecnologia, bibliotecas, entre outros fatores. Percebe-se, dessa forma, a necessidade de haver uma comunidade escolar integrada, com divisão interna do trabalho adequada – coleta de dados empíricos e estudos de caso, metodologia e elaboração teórica. Embora isso indique que uma sociologia subdesenvolvida careça desses elementos, a autora destaca o caso do Japão, que, mesmo com infraestrutura, não atingiu um nível de autonomia que transponha a dependência acadêmica.

Tomando a geopolítica como chave de leitura para a obra de Caio Prado Jr., evidencia-se, portanto, a necessidade de analisar a articulação entre a teoria

elaborada por alguns autores e as condições institucionais mais amplas na qual estão inseridos (Maia, 2012: 268). Trata-se de pensar o debate a partir dos limites da transnacionalização teórico-metodológica da realidade europeu-anglo-saxã, trazendo à tona processos mais gerais, extraintelectuais, sobre os dilemas modernos globais (Maia, 2009: 156).

Considerações finais: dar cores locais ou revolucionar a teoria social

De acordo com Caio Prado Jr., membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em suas elaborações teóricas voltadas para a prática política, utilizaram-se de conceitos que não tinham correspondentes na realidade brasileira. Dentre outros, destacam-se latifúndio, feudalismo, camponeses e burguesia nacional. Com a utilização do modelo elaborado para analisar a situação europeia, estavam mal equipados teórica e historicamente. O autor quis evidenciar que, para rever a história do Brasil, era necessário discutir a teoria e propor novas formas de compreensão e intervenção, sem ajustar a realidade aos textos clássicos de outros contextos. Com isso, deixariam de ser apriorísticos e dogmáticos, possibilitando uma análise adequada da conjuntura socioeconômica do país (Reis, 1999: 10).

Com base na crítica elaborada em *A revolução brasileira*, buscou-se, neste artigo, ilustrar questões como a *dependência acadêmica*, levantada por Alatas, para expor como o panorama brasileiro pode falar não apenas do Brasil mas da questão global da *social*

³ A autora cita Ibn Khaldun, que buscava fundar uma ciência da civilização. Para mais informações, ver Alatas & Sinha (2001).

theory (Maia, 2009: 156). Procurou-se ressaltar, assim, como essa obra pode ser lida a partir da geopolítica do conhecimento, evidenciando o caráter iminente da revolução na teoria social. Mais especificamente, as ciências sociais podem dar voz aos marginalizados, engendrando críticas às estruturas de poder, possibilitando a democratização da teoria, isto é, a produção e a circulação de conhecimento social (Connell, 2012).

Para reverter a *dependência acadêmica*, ou o *colonialismo acadêmico*, Alatas propõe a expansão de estudos teóricos e empíricos sobre o tema. Esses estudos devem ser difundidos no ensino em universidades e por meio de publicações em periódicos e conferências internacionais. Deve-se também ir além dos estudos e escrever livros de teoria sociológica clássica que

não se limitem a falar somente de Marx, Durkheim e Weber, incluindo pensadores não europeus. Esses esforços serão fecundos se houver uma comunicação maior entre os cientistas sociais do Terceiro Mundo (Alatas, 2003: 609-610).

Esta abordagem se mostra relevante por evidenciar a camisa de força do campo da sociologia formada pelos *clássicos* (Alexander, 1999: 24). Buscou-se ressaltar sua presença na sociologia brasileira com o intuito de questionar os limites da imaginação sociológica, uma vez que teorias e conceitos cristalizados como paradigmas não se mostram eficientes para realidades diferentes das quais são frutos. Dessa forma, o estudo da influência da geopolítica do conhecimento no Brasil traz à tona a necessidade de se partir da realidade para chegar à abstração, conjugando, assim, teoria e práxis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alatas, Syed Farid. (2003). Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613.
- _____. (2010). A definição e os tipos de discursos alternativos. *Estudios Históricos*, v. 23, n. 46, p. 225-245.
- _____ & Sinha, Veneeta. (2001). Teaching classical sociological theory in Singapore: the context of eurocentrism. *Teaching Sociology*, v. 29, n. 3, p. 316-331.
- Alexander, Jeffrey. (1987). ¿Qué es la teoría? In: _____. *Las teorías sociológicas desde la segunda guerra mundial: análisis multidimensional*. Barcelona: Gedisa.
- _____. (1999). A importância dos clássicos. In: Giddens, Anthony & Turner, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, pp 23-89.
- Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. (1996). *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- Connell, Raewyn. (2012). A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20.
- Costa, Ricardo. (2011). A difusão das ideias marxistas e as publicações de Marx e Engels no Brasil. Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs1/texto5.pdf>>. Acesso em abr. 2015.

- Costa Pinto, Luiz de Aguiar. (1949). Ensino de sociologia nas escolas normais. *Sociologia – Revista Didática e Científica*, v. XI, n. 3, p. 290-308.
- Kaysel, André. (2012). Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79.
- Keim, Wiebke. (2008). Social sciences internationally: the problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. *African Sociological Review*, v. 12, n. 2, p. 22-48.
- Maia, João. (2012). Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 265-291.
- _____. (2009). Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-196.
- Meucci, Simone. (2007). Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. *Revista Mediações*, v. 12, p. 31-66.
- Novais Azevedo, Denilson. (2010). A história da publicação das obras de Marx e Engels no Brasil de 1930 a 1964. Monografia, Universidade Tuiuti do Paraná.
- Pinto, João Alberto da Costa. (2007). Caio Prado Júnior: a derrota do marxismo no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 70, ano VI.
- Prado Jr., Caio. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Reis, José Carlos. (1999). Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A revolução brasileira”. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 3, p. 245-277.
- Santos, Raimundo. (1994). Alberto Passos Guimarães num velho debate. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 52-63.
- Silva, Ricardo Oliveira da. (2008). *A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães*. Dissertação (Mestrado), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Sodré, Nelson Werneck. (1990). *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.